

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Bloco de Esquerda teve conhecimento, através das informações que nos fizeram chegar, de que o Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes (NAT) de Alverca, foi obrigado a sair das instalações onde se encontrava, funcionando atualmente numa unidade móvel sem as devidas condições para os técnicos e utentes.

Este NAT é um projeto que ajuda pessoas dependente de drogas e/ou álcool, proporcionando o apoio psicológico, psiquiátrico e social necessário ao seu tratamento e procurando, com isto, uma mudança de hábitos de vida e melhor integração social. Este núcleo, um dos 2 do concelho de Vila Franca de Xira, funciona ainda em estreita articulação com os Centros de Saúde e a Equipa de Tratamento (ET) de Xabregas, proporcionando o acompanhamento psicoterapêutico aos indivíduos toxicodependentes, incluindo o encaminhamento para programas de substituição ou para outras estruturas de tratamento e reinserção, assim como apoio às famílias.

Segundo as informações, esta atividade é agora realizada numa unidade móvel, sem condições para as equipas que operacionalizam esta resposta, o que, poderá comprometer, não só a principal resposta desse núcleo, mas também a articulação com os centros de saúde.

O NAT em questão abrange a União de Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa e Freguesia de Vialonga e possui uma equipa composta por dois psicólogos, um técnico de serviço social, um técnico psicossocial e dois enfermeiros (estes últimos apenas presentes no NAT de Alverca do Ribatejo, onde funcionam os Programas de Substituição).

É, de facto, lamentável que continuemos a assistir ao desinvestimento na área dos comportamentos aditivos e dependências. A política de redução de riscos e minimização de danos é um eixo fundamental para uma abordagem eficaz da questão das drogas. É um pilar para o sucesso da abordagem da descriminalização, a par de outros como o tratamento e a dissuasão. No entanto, e apesar do grande contributo no acesso à saúde por parte das populações mais vulneráveis, não tem sido tratada de forma igual, principalmente no que toca

ao financiamento de programas.

O desinvestimento e a desestruturação nas políticas de intervenção junto das toxicodependências poderão ter sérios custos a curto e médio prazo. É fundamental assegurar a continuação das boas práticas que pautaram a atuação nesta área ao longo de vários anos, corrigir o que necessita ser melhorado e alargar a intervenção a campos há muito prometidos, principalmente na área da redução de riscos e minimização de danos.

Importa lembrar que, em 2018, o Bloco de Esquerda fez aprovar várias medidas, através de um projeto de resolução, para que o Governo criasse um modelo de intervenção na área das dependências com respostas mais integradas e articuladas, assim como uma aposta séria na redução de riscos e minimização de danos. Contudo, estes tipos de situações indicam que o caminho está a ser feito no sentido inverso ao que era previsto.

Se este NAT não consegue proceder à realização do seu trabalho nas condições ideais, entende o Bloco de Esquerda ser necessário que o Governo intervenha junto da autarquia de forma a perceber o que motivou esta saída de um espaço físico e por que razão é que este serviço à população se encontra em dificuldades, tentando solucionar qualquer eventual problema.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Saúde conhecimento desta situação?
2. O que motivou a saída deste de Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes das instalações onde funcionava?
3. Vai a tutela interceder junto da autarquia de forma a garantir o bom funcionamento deste importante serviço à população?
4. O que tem feito o Governo para garantir a aplicação de uma política assente na redução de riscos e minimização de danos?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2021

Deputado(a)s

MOISÉS FERREIRA(BE)

MARIANA MORTÁGUA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JORGE COSTA(BE)

ISABEL PIRES(BE)